



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

A reprodução da população escrava em Porto Alegre, na década de 1780

Luciano Costa Gomes¹

Na década de 1780, os escravos compunham um terço da população de Porto Alegre, capital da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Este perfil demográfico é semelhante àquele de economias coloniais antigas e vinculadas ao mercado interno e externo e se formou num período relativamente curto, pois os casais açorianos desembarcaram nas margens do Guaíba no ano de 1753. Em menos de trinta anos de existência, Porto Alegre passou a ter a mesma participação percentual de escravo no conjunto da população que as paróquias açucareiras baianas.

Destas constatações surgem algumas questões. De que forma o tráfico de escravos e a reprodução natural contribuíram na manutenção e ampliação da população cativa de Porto Alegre? Qual a interrelação entre ambos os fatores? Em que condições se formaram as famílias escravas sob cativo? Para responder a estes problemas, faremos uso de dois documentos coevos, o rol de confessados do ano de 1782 e o primeiro livro de batismos de escravos, ambos depositados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).

No rol de confessados² se registrava a participação dos moradores das diferentes localidades do Império português nos sacramentos oferecidos pela Igreja durante a Quaresma. Neste documento, os indivíduos estão listados de acordo com o domicílio em que residiam, o que permite fazer análises de cunho demográfico, pois são disponibilizadas as informações de sexo e idade. Como cada arrolado está descrito em sua relação com o chefe do domicílio (se familiar, agregado ou escravo do mesmo) podemos avaliar a constituição das muitas famílias mencionadas. Além disso, o rol de Porto Alegre está dividido conforme a localização das residências, o que permite verificar diferenças entre os lares urbanos e rurais³.

A segunda fonte, o livro de batismo, fornece informações essenciais sobre os envolvidos no sacramento do batismo, como: o nome e sexo do batizado; o nome dos pais, suas origens e condição social; o

¹ Mestrando pelo PPG em História da UFRGS. Bolsista CNPq. Contato: prof.lucianocg@gmail.com.

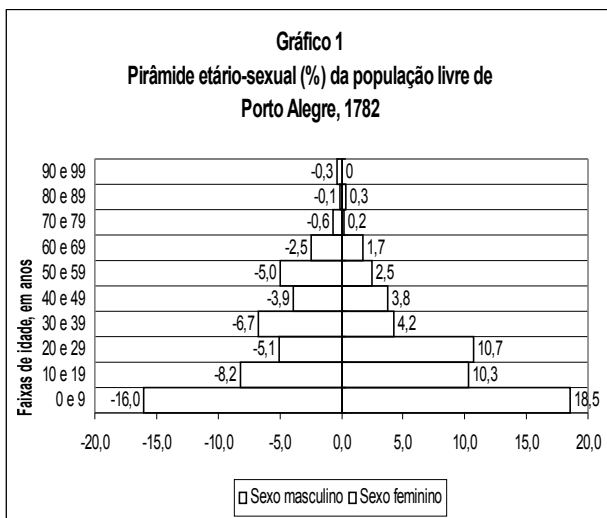
² Sobre o tratamento dispensado à fonte devido à má conservação da mesma, ver GOMES, L. Uma economia escravista? Apontamentos sobre a população e a estrutura de posse de escravos em Porto Alegre (1779-1792). In: APERGS. *VIII Mostra de Pesquisa*. Porto Alegre: Corag, 2010a. p. 115-138, aqui p. 115-122. Em linhas gerais, nosso procedimento foi o de excluir as descrições de domicílios muito danificadas ou repetidas. As descrições que estivessem incompletas foram corrigidas por comparação com os róis de 1779, 1780 e 1781, na medida em que isso foi possível.

³ Sobre o assunto, ver GOMES, L. Uma sociedade escravista? A escravidão na área rural de Porto Alegre na década de 1780. In: ANPUH-RS. *X Encontro Estadual de História (anais)*. Santa Maria: UFSM e UNIFRA, 2010b. p. 1 -16, aqui p. 2.

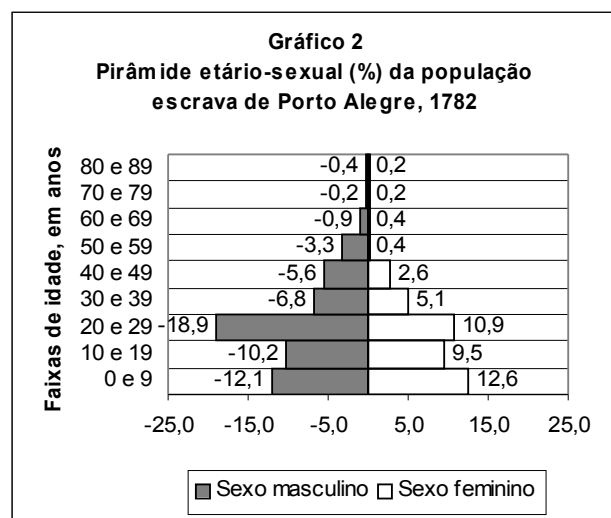


nome dos senhores e dos padrinhos. Com este conjunto de dados poderemos traçar algumas análises cujos resultados sejam comparáveis com aqueles fornecidos pelos róis de confessados e, assim, testar a validade dos argumentos elaborados a partir de cada uma das fontes⁴.

Iniciaremos nosso trabalho pelo estudo das características demográficas das populações livre e escrava de Porto Alegre, baseados no rol de confessado. A seguir, as pirâmides etário-sexuais de livres e escravo⁵.



Fonte: rol de confessados de Porto Alegre, 1782, AHCMPA.



Fonte: rol de confessados de Porto Alegre, 1782, AHCMPA.

A estrutura da pirâmide da população livre de Porto Alegre é típica de um regime demográfico pré-malthusiano. O tamanho da base é maior que o das faixas superiores, resultado da sobreposição de altas taxas de natalidade e mortalidade. Os escravos, por outro lado, têm a maior parte de sua população concentrada entre os adultos de 20 a 29 anos, indício seguro do predomínio do tráfico como forma de reprodução do cativo. Assim sendo, se a população livre era jovem, a população cativa se encontrava envelhecida devido ao constante aporte de africanos adultos via tráfico.

⁴ Utilizamos apenas os registros dos batizados cujos senhores se encontravam nos róis de confessados, como explicaremos a seguir. Contamos com os dados de 167 crianças, 70% do total de batizados. Os registros foram contabilizados desde o dia 19/03/1773 até 21/02/1782 e compreendem, teoricamente, as crianças com até nove anos de idade listadas no rol de confessados de 1782.

⁵ Foram considerados apenas os dados dos indivíduos que tivessem sexo e idade informados, que somam 92% de 1011 indivíduos livres e 95% de 599 escravos.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Ao compararmos a proporção sexual entre as crianças, verificamos a existência de uma semelhança entre as populações livre e escrava, pois em ambas a quantidade de meninos é próxima a de meninas. Isso evidencia que a importação de crianças cativas devia ser insignificante ou nula.

A parte superior das pirâmides revela uma importante diferença entre livres e escravos, pois entre os primeiros ela é mais alta e larga. Se tomarmos os indivíduos com mais de 44 anos, estes representam 15% do total dos livres e apenas 7% dos cativos. A baixa presença de idosos escravos deve ser o resultado provável da sobreposição de dois fatores, que são a manumissão de escravos idosos inaptos para o trabalho e as altas taxas de mortalidade entre adultos⁶.

Ao atentarmos para as distribuições sexuais apresentadas nos gráficos 1 e 2, verificamos que a população livre se caracterizava por um razoável equilíbrio entre homens e mulheres (razão de 93 homens para cada cem mulheres), com vantagem para as mulheres nas faixas mais jovens, revertida para os homens nas faixas de maior idade. O acentuado desequilíbrio na faixa etária dos 20 anos nos coloca um problema, pois precisaríamos saber se isto se deve a uma dinâmica demográfica particular ou a possíveis sub-registros de jovens adultos homens. Em nosso entender, o predomínio feminino se deve à coexistência de dois padrões de matrimônio distintos entre os moradores da localidade, um trazido de além-mar e outro nativo. Por um lado, chefes de fogo mais velhos se casavam regularmente com mulheres mais jovens, enquanto que os mais novos tinham esposas de idade semelhante a sua.

Ao analisarmos os familiares dos chefes de fogo com idade entre 15 e 29 anos, verificamos que havia proporcionalidade sexual entre seus filhos, pois 32 eram do sexo masculino e 34 do feminino. Neste caso, nem o medo do recrutamento nem tendências migratórias parecem ter afetado o registro dos filhos homens. No entanto, ao observarmos exclusivamente as familiares do sexo feminino, verificamos que o predomínio das mulheres na faixa etária em questão se deve à grande quantidade de jovens esposas, que eram 63% das 115 familiares femininas.

A diferença de idade entre os chefes de fogo e suas esposas oferece a explicação final para compreender esta questão. Os chefes tinham idade mediana de 41 anos, enquanto suas mulheres tinham mediana de 29 anos. Isto é, se metade das esposas tinha menos de trinta anos, metade dos maridos tinha mais de quarenta. É interessante notar que havia padrões diferenciados de casamento entre os mais velhos e os mais jovens chefes de fogo. Entre os homens casados com até 29 anos e suas esposas – a maioria composta

⁶ Ian Danilevicz utilizou-se do indicador Swaroop-Uemura (razão demográfica para avaliar a proporção de óbitos dos idosos em relação ao total de mortos) para verificar a mortalidade de livres e escravos em Viamão, localidade vizinha de Porto Alegre, entre os anos de 1776 e 1782. O resultado foi o de que apenas 9% dos escravos possuíam 50 anos ou mais quando faleceram, enquanto que entre os livres a taxa foi de 25%. Assim sendo, os escravos dificilmente envelheciam (*Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: Dept. História, UFRGS, 2009, p. 30).



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

por filhos de açorianos nascidos no Brasil – a diferença entre as medianas de idade foi de apenas 3 anos. Já entre os homens casados com mais de 29 anos – grupo composto principalmente por açorianos, portugueses e alguns indivíduos vindos de outras partes da Colônia– a diferença foi de 12,5 anos⁷.

Os migrantes chegaram casados – ou aqui se casaram – com mulheres bem mais jovens, enquanto que seus filhos aqui nascidos desposaram moças com idade semelhante a sua. Desta forma, acreditamos que na distribuição de idade e sexo verificada na pirâmide etária livre estão claros alguns efeitos dos processos migratórios e daqueles relativos à constituição das primeiras gerações de famílias nativas livres.

Com a distribuição dos indivíduos em três grupos etários (crianças, adultos e idosos), podemos fazer algumas considerações relativas à capacidade de reprodução das distintas populações. Iniciaremos a comparação dos nossos dados com aqueles encontrados por Silmei Petiz, relativos aos escravos da fronteira oeste da Capitania do Rio Grande, em estudo baseado em inventários.

Tabela 1

Distribuição (%) das populações livre e cativa segundo faixas etárias em Porto Alegre, 1782, e na fronteira oeste do Rio Grande, entre 1764-1809.

Localidade	Condição jurídica	Jovens, entre 0 e 14 anos	Adultos, entre 15 e 49 anos	Idosos, maiores de 49 anos	Total
Porto Alegre	Livres	45,1	41,7	13,2	100,0
	Escravos	31,2	63,0	5,8	100,0
Fronteira oeste do Rio Grande	Escravos	31,5	61,2	7,3	100,0

Fonte: Rol de confessados de Porto Alegre, 1782, AHCOMPA; PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2009. p. 104 (os dados deste autor foram obtidos em inventários).

⁷ Para este cálculo, tomamos apenas os casais que apresentam as idades de ambos os cônjuges. Para o grupo dos homens com até 29 anos, há 21 casais: os homens apresentam uma mediana de 26 anos enquanto suas esposas, 23 anos. Entre os homens com mais de 29, contamos com 114 casais: a mediana de idade dos homens foi de 44,5 anos e a das suas mulheres foi de 32.



As estruturas demográficas das populações cativas de Porto Alegre e da fronteira oeste do Rio Grande colonial eram muito semelhantes. Havia o predomínio de adultos, razoável presença de crianças e pouquíssimos idosos. Na fronteira oeste, entretanto, os escravos parecem ter encontrado um situação um pouco mais estável, pois a participação de crianças e idosos é levemente maior que aquela de Porto Alegre. Devido à alta participação de adultos em ambas as populações, o tráfico parece ter sido a fonte essencial de reprodução da mão-de-obra cativa para quase todo o Rio Grande colonial, mesmo na sua turbulenta fronteira. De antemão temos demonstrada a impossibilidade de se falar em reprodução endógena cativa que permitisse um crescimento vegetativo positivo entre os escravos, pois a participação de crianças é muito inferior àquela dos adultos.

Os traços da população livre são muito diferentes dos da escrava, pois nela os jovens superam os adultos. Mesmo levando em consideração a existência de altos índices de mortalidade típicos de regimes demográficos pré-malthusianos, as crianças eram muitas, de modo a permitir não apenas a manutenção como também o aumento da população livre.

A distribuição etária da população de Porto Alegre é, em alguma medida, semelhante à da Capitania São Paulo no início do desenvolvimento da produção de café, conforme a tabela seguinte.

Tabela 2

Distribuição (%) das populações livre e cativa segundo faixas etárias em Porto Alegre, 1782, e na Capitania de São Paulo, 1798.

Localidade	Condição jurídica	Crianças, (0 e 14 anos)	Adultos, (15 e 64 anos)	Idosos (mais de 64 anos)	Total
Porto Alegre, 1782	Livres	45,1	52,5	2,4	100,0
	Escravos	31,2	67,8	1,1	100,0
Capitania de					
São Paulo, 1798	Livres	43,5	53,3	3,2	100,0
	Escravos	35,0	62,7	2,3	100,0



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Fonte: Rol de confessados de Porto Alegre, 1782, AHCOMPA; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 81.

Apesar das semelhanças, as populações livre e escrava de São Paulo apresentavam sinais de maior estabilidade que as de Porto Alegre. Nesta, a população de idosos livres é um pouco menor, resultado do curto tempo de vida da localidade então, de cerca de trinta anos. Isto é, a população não tivera tempo de envelhecer, ainda. Quanto aos escravos, São Paulo contava com um número menor de adultos e uma participação maior de crianças e idosos. Este deve ser o resultado da presença de localidades razoavelmente antigas com economia voltada para o abastecimento interno, com a reprodução das escravarias menos dependente do tráfico⁸. Desta forma, podemos concluir que a dinâmica econômica de Porto Alegre na década de 1780 garantiu que a importação de cativos mantivesse a estrutura demográfica escrava local semelhante à de São Paulo, cuja economia contava com *plantations* de cana-de-açúcar e, no período em questão, introduzia a lavoura de café.

Na tabela seguinte, faremos uma estimativa da percentagem da população de jovens escravos e livres que resistiu aos primeiros quinze anos de vida. Como as informações de idade são muito imprecisas, preferimos comparar a faixa etária entre 0 e 4 anos com aquela entre 10 e 14, ao invés de comparar faixas isoladas. Nossa referência para comparação novamente serão os dados relativos à fronteira oeste do Rio Grande.

Tabela 3

Estimativa de sobrevivência de crianças entre a faixa etária de 0 a 4 anos para a de 10 a 14 anos, em Porto Alegre, 1782, e na fronteira Oeste.

Localidade		Entre 0 e 4 anos	Entre 10 e 14 anos	Estimativa de sobrevivência (%)
Porto Alegre	Livres	161	101	62,7
	Livres, apenas os filhos dos chefes de fogo	157	76	48,4
	Escravos	76	37	48,7

⁸ Sobre o assunto, ver LUNA, Francisco. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). In: *Estudos Econômicos*, vol. 22, n. 3, set.-dez, 1992. p. 443-484, aqui p. 450.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Fronteira Oeste do Rio Grande, 1764-1809	Escravos	102	54	52,9
--	----------	-----	----	------

Fontes: Rol de confessados de Porto Alegre, 1782, AHCMPA; PETIZ, *Idem*, p. 104, 107.

Em Porto Alegre, os filhos de chefes de fogo e de escravos compartilhavam praticamente as mesmas condições de vida após o nascimento, pois em ambos os grupos apenas metade das crianças sobreviviam. Tal situação era semelhante a dos escravos da fronteira oeste do Rio Grande, cuja estimativa de sobrevivência era um pouco melhor. Chama a atenção, para o caso dos livres, a magnitude da contribuição de pequenos agregados (alguns deles guaranis), afillados, enteados, netos e outros aparentados para o aumento dos grupos domésticos. Estes jovens compunham um quarto dos livres da faixa etária entre 10 e 14 anos, o que representava um aumento inegável na mão-de-obra na maioria das famílias em que se encontravam.

No meio rural do Rio de Janeiro de fins do século XVIII e início do XIX, as crianças cativas conheceram taxas de mortalidade tão ou mais severas que as de Porto Alegre. Em estudo realizado a partir de inventários entre 1790 e 1830, Manolo Florentino constatou que um terço dos falecimentos assinalados nas fontes correspondia a jovens com menos de dez anos. O resultado desta dinâmica demográfica se observa na distribuição de crianças com até onze anos segundo idade e sexo (gráfico 2, apresentado pelo autor), na qual aquelas com dez anos somavam apenas metade do total das que possuíam um ano de idade⁹. Passados dez anos, os jovens do agro fluminense ficavam reduzidos a menos de 50%, como em Porto Alegre.

Para refinar nossa análise compararemos algumas razões demográficas de Porto Alegre com aquelas encontradas em uma paróquia do Recôncavo baiano, conforme a tabela seguinte.

Tabela 4

Razões demográficas da população de Porto Alegre, 1782, e Água Fria, BA, 1788.

Localidade	Razão de masculinidade (adultos) (2)		Razão de dependência (3)		Razão criança/mulher (4)		Razão criança/mulher ajustada (5)	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos

⁹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 207-227, aqui p. 212.



Porto Alegre	77	161	152	62	153	104	198	65
Água Fria, Bahia, 1788 (1)	79	134	132	69	93	49	117	37

Nota: (1) Paróquia nas imediações do Recôncavo com propriedades açucareiras, mas que continha também outras unidades produtivas ligadas ao abastecimento interno; (2) Total de homens dividido pelo total de mulheres, multiplicado por cem – neste caso, foi contabilizada apenas a população entre 15 e 44 anos; (3) soma de crianças com até nove anos com idosos com mais de 44 anos dividido pelo total de adultos, entre 15 e 44 anos, multiplicado por cem; (4) total de crianças com até nove anos dividido pelo total de mulheres com 15 a 44 anos, multiplicado por cem; (5) razão criança mulher multiplicado por cem, dividido pela razão de masculinidade entre os adultos.

Fontes: Rol de confessados de Porto Alegre, 1782, AHCMPA; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 296.

A população livre de ambas as localidades se caracteriza pelo predomínio feminino, com uma razão próxima a de oito homens para cada dez mulheres. A explicação para este fenômeno é difícil de ser encontrada. Talvez se deva ao simples sub-registro de homens adultos, motivado pelo medo do recrutamento¹⁰ ou pela migração dos filhos dos chefes de fogo locais, em busca de melhores condições de vida. De qualquer forma, a diferença da população livre em relação à escrava é nítida. Nesta última, os homens adultos são predominantes, o que torna evidente uma semelhança essencial entre ambas as economias: a dependência em relação ao tráfico para a reprodução da mão-de-obra.

Uma das consequências do vultoso aporte de escravos adultos se verifica nas razões de dependência entre escravos, que são baixas se comparadas às dos livres, índice de taxas de natalidades acanhadas e de pequena expectativa de vida para os adultos sob o cativo. A razão criança/mulher entre os escravos de Porto Alegre, apesar de melhor que a da paróquia baiana, é igualmente limitada. Ao relacionarmos as diferentes proporções de sexo de livres e escravos às suas respectivas razões criança/mulher, encontramos resultados mais refinados. As mulheres livres de Porto Alegre geravam uma quantidade de filhos que garantiria a reprodução estável da população livre, isto é, cerca de dois filhos para

¹⁰ Conforme alertou Maria Luíza Marcílio, ao explicar as razões de sexo com predomínio feminino encontradas em São Paulo nos anos de 1798 e 1808 (*Ibidem*, p. 78).



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

cada casal. Entre os escravos, pelo contrário, nasciam apenas 65 crianças para cada cem mulheres, o que implicava em um crescimento vegetativo negativo.

Silmei Petiz encontrou resultados semelhantes aos de Porto Alegre¹¹, pois a razão de dependência na fronteira oeste ficou em 63 crianças e idosos para cada cem adultos¹² e a razão criança/mulher em 111 crianças com até 9 anos para cada cem mulheres entre 15 e 49 anos¹³, no período entre 1764 e 1809. Em Porto Alegre, o resultado da taxa de dependência ficou em 59 e da razão criança/mulher em 103. Assim sendo, as razões demográficas da fronteira oeste do Rio Grande eram tão baixas quanto às de Porto Alegre.

Por isso, discordamos de Petiz quando afirma que a razão de dependência que encontrou para a fronteira oeste fosse “expressiva” e que o motivo para isso seria o fato de a economia regional voltar-se exclusivamente para o mercado interno, o que redundaria numa menor capacidade em comprar novos cativos¹⁴. Os dados apontam para uma realidade diferente. Mesmo uma economia cuja produção se voltava para o próprio mercado colonial conseguia obter capitais suficientes para a manutenção de uma escravaria predominantemente adulta¹⁵.

Enfim, o predomínio de indivíduos entre 15 e 44 anos no seio da população cativa era muito adequado aos interesses da economia colonial. Em última instância, implicava numa situação em que a maioria dos escravos adultos não teria preocupações com o cuidado de filhos ou de pais idosos. Desta forma, o tráfico e as péssimas condições de vida garantiam que a população cativa se encontrasse no estado mais “adequado” para o trabalho, tanto na Bahia açucareira quanto, em menor escala, no Rio Grande colonial.

Podemos avançar na análise das famílias escravas de Porto Alegre fazendo uso do livro de batismos. Se tomarmos o conjunto das 101 mães arroladas, pelo menos 64% delas embarcaram nos portos de Luanda, Benguela ou de algum dos do Congo. Como muitas das mães que batizaram mais de um filho foram registradas alternativamente como “angola” e “preta”, podemos imaginar que a última expressão era quase sinônima da primeira¹⁶. Se assim for, somando as originárias da África e as pretas, teremos três quartos de mães africanas e apenas um quarto de crioulas. Dos 23 pais registrados, quase 70% também não eram nativos

¹¹ O autor utilizou-se de recortes etários diferentes daqueles de Schwartz, o que impossibilitou compará-los com os da paróquia baiana. Agora tomaremos por limite da população adulta a idade de 49 anos e o começo da idosa a partir dos 50.

¹² *Ibidem*, p. 104.

¹³ *Ibidem*, p. 107.

¹⁴ *Ibidem*, p. 104.

¹⁵ Sobre o assunto, ver FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 83ss.

¹⁶ O mesmo ocorreu com algumas mães que foram ora categorizadas como “rebolo”, “congo” e “guiné”, ora como “angola”. Por isso, acreditamos que todas sejam provenientes da África Central, mesmo as duas mães “guinês”.



da América¹⁷. Desta maneira, a intensidade do tráfico de então marcou um perfil claramente africano às famílias cativas que então se constituíram.

Como vimos, o registro de pais não era frequente. Nem um quarto das mães era casada ao batizar seus filhos. Houve também aquelas cujo casamento na igreja só foi realizado depois do nascimento do primeiro rebento. A consequência desse fenômeno foi o amplo predomínio de filhos ilegítimos, totalizando 75% das crianças. Este fato decorreu do severo controle dos senhores sobre a legalização das uniões escravas. Dos 30 casais escravos unidos na Igreja entre 1772 e 1782, 21 pertenciam ao mesmo senhor. Neste sentido, os senhores foram ciosos em permitir que seus escravos se casassem apenas entre si, ainda que houvesse uma parcela significativa (quase um terço) que conseguiu casar-se com escravos ou forros de fora do domicílio em que residiam¹⁸. Assim sendo, o número de crianças legítimas e de uniões sacramentadas no altar não podem ser consideradas como representativas das famílias realmente constituídas. Pelo contrário, a maioria das crianças deve ter sido fruto de uniões consensuais, possivelmente estáveis.

Para entender de uma maneira mais adequada estas famílias cativas, precisamos considerar seriamente o ambiente no qual elas se formaram. Há unanimidade entre os especialistas no assunto sobre o fato de que o lar em que os escravos se encontravam, junto aos seus companheiros de eito, representava um dos espaços sociais essenciais para o aparecimento e preservação das famílias escravas. Stuart Schwartz percebeu que os escravos da Bahia se casavam apenas com escravos do próprio domicílio e imputou tal fenômeno à proibição senhorial, que visava evitar atritos decorrentes de possível separação de famílias¹⁹.

Robert Slenes não apenas percebeu o mesmo fenômeno em Campinas, no século XIX, como constatou os efeitos práticos de tal política sobre os lares cativos. Foram as escravas das maiores posses aquelas que mais conseguiram legitimar perante a comunidade católica suas relações conjugais e as que mais tiveram filhos legítimos²⁰. O autor explica que estas escravas, por possuírem um leque maior de possíveis pretendentes dentro do próprio domicílio, tiveram oportunidades melhores que aquelas escravas das menores posses em formar uma relação conjugal estável e sacramentada²¹. Francisco Vidal Luna, em estudo sobre a população de São Paulo²², Sheila de Castro Faria, em pesquisa sobre os Campos de Goitacases²³, e José Roberto Góes e Manolo Florentino, em pesquisa sobre o agro fluminense²⁴, chegaram às mesmas conclusões.

¹⁷ Fonte: Livro de batismos de escravos de Porto Alegre, 1773 – 1782, AHCMPA.

¹⁸ Fonte: Livro de casamento de escravos de Porto Alegre, 1772-1782, AHCMPA.

¹⁹ *Ibidem*, p. 313.

²⁰ Filhos legítimos eram aqueles nascidos de pais legalmente casados perante a Igreja Católica; já os ilegítimos, ou naturais, são fruto de relação consensual, na qual os pais não participaram dos ritos de casamento.

²¹ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 71ss.

²² LUNA, Francisco. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). In: *Estudos Econômicos*, vol. 22, n. 3, set.-dez. 1992. p. 443-484, aqui p. 454s.

²³ FARIA, Sheila. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 332ss.

²⁴ FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 95.



Estes estudos apontam para a necessidade de se verificar a existência ou não de correlação entre o tamanho da posse escravista e a configuração das famílias cativas. Para abordar esta questão faremos uso conjunto dos róis de confessados e do livro de batismos de escravos. Nosso procedimento, em relação à última fonte, foi o de obter informações dos cativos batizados cujos senhores das respectivas mães fossem encontrados nos róis de confessados. Foi possível cruzar algumas informações das duas fontes e, desta forma, separar as mães de acordo com o tamanho da posse de seus senhores informada nos róis de confessados. Com este arranjo dos dados, trabalhamos com 70% dos batizados no período, que consideramos uma parcela representativa do total de nascidos²⁵.

Tabela 6

Distribuição (%) dos senhores de escravos, de mães escravas e seus filhos batizados segundo o tamanho da posse escravista em Porto Alegre, entre 1773 e 1782.

Tamanho das posses (escravos) (1)	Senhores de escravos		
	Mães	Filhos	
Entre 0 e 4	40,2	30,7	24,0
Entre 5 e 9	42,9	39,6	39,5
>9	16,9	29,7	36,5
Total	100,0	100,0	100,0

Nota: (1) O tamanho da posse escravista dos senhores que tiveram escravas a batizar rebentos foi obtido a partir dos róis de confessados dos anos de 1779 e

Tabela 7

Distribuição (%) dos senhores de escravos, das escravas adultas (entre 15 e 44 anos) e de crianças (entre 0 e 9 anos) segundo o tamanho das posses escravistas em Porto Alegre, 1782.

Tamanho da posse (escravos)	Senhores de escravos	Mulheres	Crianças
		(15 e 44 anos)	(0 e 9 anos)
Entre 1 e 4	68,7	34,1	20,4
Entre 5 e 9	26,0	45,9	50,0
>9	5,3	20,0	29,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Rol de confessados de Porto Alegre, 1782, AHCMPA.

²⁵ Lembramos que estes dados compreendem o período de nove anos antes da elaboração do rol de 1782 e, teoricamente, dizem respeito ao nascimento das crianças com até nove anos de idade listadas no rol em questão. Dos 30% não contabilizados, talvez não tenhamos encontrado o respectivo senhor escravista pelo fato de que: o registro do nome do senhor estava incompleto, o que prejudicou sua identificação; houve batismo de filhos de indivíduos residentes em outras regiões, como Viamão ou Aldeia dos Anjos (Gravataí) que, por motivo desconhecido, tiveram que trazê-los para Porto Alegre; alguns dos batizados eram filhos de escravos de um agregado ou de alguém que estava apenas de passagem pela região.



1782.

Fonte: Primeiro livro de batismos de Porto Alegre, 1773 a 1782, AHCMPA; róis de confessados de Porto Alegre de 1779 a 1782, AHCMPA.

Os resultados obtidos a partir das duas fontes concordam entre si, pois a maior parte das mães e filhos está concentrada nas maiores posses. Há uma diferença interessante nas distribuições, entretanto. Os senhores das menores posses, apesar de serem predominantes nos róis de confessados, aparecem em menor frequência no livro de batismo. Os senhores das posses com mais de nove cativos, por outro lado, passaram de 5% nos róis para 17% do total no livro de batismo. Isto é uma evidência da diferença nas taxas de natalidade das mulheres das maiores e das menores posses escravistas, de modo que as últimas apareceram menos frequentemente na pia batismal.

O ciclo de vida dos senhores de escravos tem uma importância crucial neste caso. As estratégias de compras e as condições que enfrentaram os diferentes senhores levaram a uma distribuição muito desigual de mulheres pelos domicílios escravistas. Os senhores escravistas normalmente escolhiam homens ao comprarem seus primeiros escravos. Na medida em que conseguiam comprar mais escravos, diversificavam suas escolhas, optavam por mulheres e, consecutivamente, começavam a ter crianças sob seu domínio. Por isso os dados indicam que quanto maior o tamanho da posse, maior a participação de crianças. Nas tabelas seguintes, apresentamos as razões de batizado/mãe e de criança/mulher para cada faixa de posse cativa.

Tabela 8

**Razão de batizados por mães escravas em
Porto Alegre, entre 1773 e 1782.**

Tamanho da posse (escravos)	Razão batizado/mãe (1)
Entre 0 e 4	129
Entre 5 e 9	165

Tabela 9

**Razão criança (até 9 anos) /mulher (entre
15 e 44 anos) segundo faixas de posse de
escravos em**

Porto Alegre, 1782.

Tamanho da posse (escravos)	Razão criança/mulher
Entre 1 e 4	63
Entre 5 e 9	114



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

>9	203	Maior que 9	155
Total	165	Total	104

Nota: (1) Resultado multiplicado por cem.

Fonte: Primeiro livro de batismos de escravos de Porto Alegre, entre 1773 e 1782, AHCMPA.

Fonte: Róis de confessados de Porto Alegre, 1782, AHCMPA.

Novamente os resultados obtidos em ambas as fontes se confirmam mutuamente: as escravas das maiores posses escravistas geravam maior número de filhos que as das menores. O número de nascimentos por mãe é modesto nas pequenas posses, de cerca de 130 crianças para cada cem mulheres. Nas intermediárias a taxa foi um pouco maior, próxima a 170. Nas posses com mais de nove cativos, por outro lado, cada mulher batizou, em média, duas crianças. Os róis de confessados confirmam estas observações, mas com resultados menores que se devem, talvez, à mortalidade infantil²⁶ e, nas menores posses, à maior presença de mulheres sem filho.

Ao relacionarmos a legitimidade dos batizados com o tamanho da posse escravista em que os mesmo se encontravam, podemos perceber que a maioria dos poucos casais escravos unidos na Igreja (apenas 22% das mães eram casadas) pertencia a senhores com maior número de cativos. Na tabela seguinte distribuimos o total de batizados de acordo com o tamanho do domicílio. Entre os que nasceram em posses com mais de nove escravos, quase metade era filho de pais casados diante de um padre, enquanto que nas menores nem um vigésimo o era.

Tabela 10

Índice Legitimidade (%) dos filhos das escravas batizados em Porto Alegre, entre 1773 e 1782.

Crianças batizadas (#)	Legitimidade (%)
------------------------	------------------

²⁶ Há um dado interessante na comparação dos resultados de ambas as tabelas: quanto maior é o tamanho do fogo, menor é a diferença entre as razões batizado/mãe e a criança/mulher. Nas menores posses, a razão de batizados por mãe cai pela metade nos róis de confessados, ficando em 63 crianças por mulher. Por outro lado, naquelas posses com mais de nove cativos, a razão batizado/mãe dos livros de batismo cai em menos de um quarto quando verificamos a razão criança/mulher nos róis. Isto pode indicar que as mulheres que habitavam as maiores posses escravistas se encontravam nas condições mais adequadas para criar sua prole e garantir maior sobrevivência ao longo dos primeiros anos. Esta é uma hipótese ainda por ser verificada.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Tamanho da posse (escravos)		
Entre 0 e 4	40	5,0
Entre 5 e 9	66	15,2
Maior que 9	61	47,5

Fonte: Primeiro livro de batismos de escravos de Porto Alegre, 1773 – 1782, AHCMPA.

Essa mesma distribuição foi encontrada por Robert Slenes, em Campinas, em uma amostra de listas de matrícula de 1872. Entre as crianças residentes nas posses com até nove cativos, apenas 29% eram legítimas; já aquelas que residiam em posses com mais de nove escravos, 80% o eram²⁷. Desta maneira, acreditamos que a correlação entre tamanho de posse, casamento de escravos na Igreja e os índices de legitimidade dos respectivos filhos eram variáveis interligadas tanto em Campinas quanto em Porto Alegre. No entanto, como as estruturas de posse de escravos em ambas as localidades eram por demais diferentes, sendo Porto Alegre constituída predominantemente por pequenas posses escravistas²⁸, a frequência de crianças legítimas ficou invertida. Se em Campinas a maioria das crianças era legítima por estar nas maiores posses, em Porto Alegre a maioria era ilegítima porque as maiores posses eram poucas e não passavam da soma de trinta escravos. Assim sendo, a estrutura de posse de escravos em Porto Alegre condicionou inegavelmente a realização dos ritos católicos de matrimônio entre escravos e respectiva geração de filhos legítimos.

Os dados obtidos a partir do livro de batismo e do rol de confessados trouxeram resultados semelhantes entre si e demonstraram que existiam significativas diferenças na geração dos rebentos das escravas das maiores e das menores posses escravistas da região. Nas últimas as mulheres eram pouco frequentes e apresentavam baixas taxas de natalidade, o que redundou na pequena parcela de crianças detida

²⁷ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 102.

²⁸ Ver GOMES, L. Uma economia escravista..., p. 130ss.



pelos senhores de poucos escravos. Nas maiores posses, por outro lado, as escravas davam vida a um número superior de crianças.

Para explicar estas diferentes situações, elencamos três razões principais. A primeira diz respeito à coabitação de homens e mulheres adultos escravos, com idade entre 15 e 44 anos, no mesmo domicílio. Se tomarmos as razões de sexo destes adultos por faixa de tamanho de posse escrava²⁹, veremos que nas posses com até quatro escravo havia proporcionalidade sexual (103 homens para cada 100 mulheres); enquanto que nas maiores a razão é desfavorável para as mulheres (146 e 156 homens para cada cem mulheres nas posses intermediárias e nas com mais de nove escravos, respectivamente). Neste caso, as mulheres dos maiores domicílios dispunham de um leque maior de pretendentes, mas em uma dimensão inegavelmente menor que aquela das escravas de Campinas da segunda metade do XIX³⁰.

A segunda razão se deve ao ciclo de vida dos senhores de escravos. Em Porto Alegre, neste período, as escravarias se tornavam maiores na medida em que o chefe de fogo envelhecia³¹. Por isso, as escravas residentes nas maiores posses escravistas eram, em média, mais velhas que aquelas das posses menores. Estavam há mais tempo não apenas em idade fértil como estabelecidas em um domicílio, possivelmente acompanhadas de outros adultos homens. Fenômeno semelhante foi encontrado por Sheila de Castro Faria ao analisar inventários de engenhos de açúcar dos Campos de Goitacases. Nas instalações que eram recentes quando foram inventariadas não foi encontrado registro de qualquer criança, enquanto que nas mais antigas as crianças estavam presentes em número expressivo, chegando a um quinto dos escravos³². Assim sendo, entre a compra de mulheres cativas férteis e a geração de seus rebentos, há um demorado caminho a percorrer.

Por fim, a atividade produtiva do domicílio em que se encontravam as escravas contribuiu decisivamente para o estabelecimento das famílias e para a geração de crianças sob o cativo. Ao sabermos que a maioria das mulheres se encontrava nas posses com mais de quatro escravos (ver tabela 7) e que o tamanho mediano das posses urbanas era de 2 cativos e das rurais de 4³³, podemos concluir que as famílias

²⁹ Nossa opção por selecionar apenas os fogos com escravos adultos de ambos os sexos se deve ao fato de que no conjunto das menores posses a quantidade de homens é superior ao de mulheres, mas estas, quando aparecem, normalmente estão sozinhas. Assim não captaríamos a proporção real de homens por mulher por domicílio. Segundo Francisco Luna, que encontrou uma distribuição sexual das menores posses diferentes da nossa, “no agregado dos escravos pertencentes aos proprietários de pequeno porte ocorria equilíbrio entre os sexos, mas não em nível de cada fogo em particular” (*Ibidem*, p. 455).

³⁰ Em Campinas, no ano de 1801, havia 123 homens adultos para cada cem mulheres adultas nas posses com até nove cativos; nas com dez ou mais escravos, a razão pulou para 231 homens para cada cem mulheres (*Ibidem*, p. 75).

³¹ Nas posses com até quatro escravos a mediana de idade dos senhores era de 37 anos e de suas escravas adultas, de 20; nas intermediárias, de respectivamente 46 e 24 anos; por fim, nas maiores posses escravistas, a mediana de idade foi de 63 anos entre os senhores e de 26 anos entre suas cativas. Fonte: rol de confessados de Porto Alegre de 1782.

³² *Ibidem*, p. 297.

³³ GOMES, L. Uma sociedade escravista..., p. 130.



escravas foram mais comuns na última área. Ao dividirmos os totais de crianças e de mulheres adultas de acordo com o lugar em que residiam, teremos uma confirmação desta preposição e uma visualização mais precisa do fenômeno da família cativa em Porto Alegre.

Tabela 11

Distribuição (#) de mulheres entre 15 e 44 anos e crianças com até 9 anos nas escravarias urbanas e rurais e respectivas razões criança/mulher, em Porto Alegre, em 1782

Região	Mulheres	Crianças	Razão criança/mulher
Urbana	101	77	76,2
Rural	34	98	288,2

Fonte: Rol de confessados de Porto Alegre, 1782, AHCMPA.

Três quartos das escravas adultas de Porto Alegre se encontravam na região urbana da cidade, onde eram úteis nas atividades domésticas e no trabalho para fora³⁴. Apesar de serem a maioria, estas mulheres frequentemente se encontram sem a companhia de outros escravos adultos, o que se reflete na baixa razão de criança/mulher, que é de quase oito crianças para cada escrava.

Nas unidades rurais o perfil é bastante diferente. As mulheres são poucas, mas estão sempre acompanhadas de outros homens adultos e de muitas crianças. A razão criança/mulher é a mais saudável até agora encontrada, pois as mulheres conseguiam gerar quase três crianças por casal. A formação de famílias escravas mais extensas condizia, provavelmente, com as necessidades destas unidades produtivas, conforme observa Sheila de Castro Faria, em estudo sobre os sítios de gado administrados por famílias escravas na Paraíba do Sul do século XVII.

A autora, ao analisar as escrituras de aforamento destes sítios, constatou que casais escravos eram itens constantes na descrição das propriedades e, por isso, se constituíam como as células básicas de

³⁴ Sobre a diferença entre o trabalho *doméstico* e o trabalho para fora, ver FERREIRA, Roberto. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In. FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 229-283. Aqui, p. 239s.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

exploração do trabalho na pecuária. A autora concluiu que a organização familiar do trabalho garantia três vantagens: criava condições para o plantio de roças, servia como estratégia de coação e controle dos cativos e permitiria a reprodução interna da escravaria, o que diminuía a necessidade de ampliá-la por meio da compra de novos cativos³⁵. Neste caso, as características da atividade produtiva em questão propiciavam à formação de famílias escravas, como provavelmente ocorria nas unidades rurais de Porto Alegre.

Os escravos desembarcados em Porto Alegre se encontraram diante das mais diferentes situações. A quantidade de companheiros com quem dividiam o teto, a coabitação com escravos adultos de sexo oposto, as atividades produtivas às quais seus senhores se dedicassem, as atribuições que lhes fossem impostas foram elementos decisivos que condicionaram suas vidas e limitaram severamente suas possibilidades de escolha. Além disso, o aporte crescente de escravos adultos, a baixa expectativa de vida entre os adultos e as altas taxas de mortalidade infantil foram outros de tantos fatores que ameaçaram a constituição biológica individual e a organização social daqueles que viviam sob o cativo.

Foi neste contexto que as famílias escravas se formaram em Porto Alegre. Não surgiram de qualquer forma, porque os dados apresentados indicam que as condições particulares de vida levaram os escravos a tomarem diferentes decisões no intuito de manter a vida da maneira mais adequada, razoável, possível. A alta razão de sexo levava a maioria dos homens a uma vida provavelmente celibatária. Muitas das mulheres, pelo contrário, encontravam-se diante de condições mais adequadas para escolher seu companheiro. No entanto, tê-lo não significava gerar rebentos.

As mulheres cujos senhores possuíssem poucos escravos enfrentavam sérios estorvos quando davam à luz. Às obrigações rotineiras se somariam aquelas devido aos cuidados do bebê, pois a pouca frequência de adultos em sua companhia impediria a divisão da educação da criança. Os senhores, por isso, poderiam oferecer resistência caso suas escravas quisessem ter filhos, temerosos pela baixa nos rendimentos do seu trabalho. Além disso, nas posses escravistas urbanas (que eram, em geral, pequenas) a alimentação das crianças representaria um custo a mais a ser pago ou pelo senhor ou pela própria escrava. Talvez por isso as escravas decidissem ter poucos filhos ou mesmo não tê-los.³⁶

³⁵ *Ibidem*, p. 327ss.

³⁶ Entre estas mulheres, a herança cultural africana, os saberes aprendidos na terra natal, provavelmente serviram como instrumentos na elaboração das estratégias familiares. O aborto e o infanticídio permitiriam evitar filhos indesejados; a amamentação prolongada dos filhos recém-nascidos, por outro lado, aumentaria o período de tempo entre nascimentos. Nas posses urbanas, a menor fecundidade verificada nas mulheres das menores posses também podia se dever à possíveis dificuldades de acesso à alimentação, que retardariam a menstruação e apressariam a menopausa, reduzindo o período fértil da mulher e aumentando o período entre filhos. Sobre o assunto, ver KLEIN, H.; ENGERMAN, S. A demografia dos escravos americanos. In: MARCÍLIO, M (Org.). *População e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 208-227, aqui p. 223.



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

Nas posses com maior número de escravos, as cativas encontravam melhores oportunidades para formarem suas famílias. A coabitação com outros adultos do sexo masculino aumentava as chances de tomarem um companheiro estável. Nas unidades produtivas rurais, a produção interna de alimentos e a presença de outros escravos adultos poderiam tornar menos custosa a educação das crianças, de modo que o senhor poderia ver com bons olhos a reprodução natural de sua escravaria. A presença das famílias açorianas, composta por muitos filhos, também poderia ter servido como um modelo que estimulasse as mulheres cativas a terem mais filhos³⁷.

As famílias escravas eram uma realidade em Porto Alegre, mas os casais que as formaram raramente iam à Igreja legitimar sua união. Isto pode ser explicado tanto pelo não consentimento ao casamento de escravos de diferentes senhores em um mundo de pequenas escravarias, como pelo possível desinteresse de uma maioria de escravos africanos pelos ritos cristãos. Além disso, as escravas tinham poucos filhos quando não se encontravam nas situações mais adequadas para constituir uma família, como aquelas oferecidas pelas unidades produtivas rurais. No final das contas, as escravas geraram diminuto número de filhos e, por isso, não poderiam concorrer com o tráfico de cativos na reprodução das senzalas. Assim sendo, o comércio de mão-de-obra negra e o predomínio de pequenas posses escravistas em Porto Alegre limitaram severamente a possibilidade dos escravos escolherem estratégias que visassem à constituição de famílias numerosas. Especialmente para os muitos homens que ficaram solitários, estas estratégias eram incogitáveis.

Bibliografia

DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: Dept. História, UFRGS, 2009. (Trabalho de conclusão de curso).

FARIA, Sheila. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Roberto. Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In. FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 229-283.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

³⁷ Klein e Engerman levantam esta hipótese ao tentar explicar a diferença dos padrões de amamentação dos escravos caribenhos e aqueles dos Estados Unidos. Segundo os autores, os primeiros, trabalhadores das grandes *plantations* inglesas, podem ter agido conforme as práticas africanas, enquanto que os segundos, “mais aculturados e com contactos mais diretos com os brancos nas propriedades menores e contando com maior disponibilidade de alimentos”, teriam tomado alguns costumes das famílias livres (*Ibidem*, p. 225).



5º Encontro
Escravidão e
Liberdade
no Brasil
Meridional

FLORENTINO, Manolo; GÓES, Roberto. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 207-227.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, L. Uma economia escravista? Apontamentos sobre a população e a estrutura de posse de escravos em Porto Alegre (1779-1792). In: APERGS. *VIII Mostra de Pesquisa*. Porto Alegre: Corag, 2010a. p. 115-138. Disponível no endereço: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1289577770.VIII_Mostra_de_Pesquisa_do_APERGS.pdf Acesso em 10 mar. de 2011.

GOMES, L. Uma sociedade escravista? A escravidão na área rural de Porto Alegre na década de 1780. In: ANPUH-RS. *X Encontro Estadual de História (anais)*. Santa Maria: UFSM e UNIFRA, 2010b. p. 1 -16. Acesso em 10 mar. de 2011. Disponível no endereço: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279493124_ARQUIVO_gomes.luciano.poa-sociedadeescravista.pdf

KLEIN, Herbert; ENGERMAN, Stanley. A demografia dos escravos americanos. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *População e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 208-227.

LUNA, Francisco. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). In: *Estudos Econômicos*, vol. 22, n. 3, p. 443-484, set.-dez. 1992.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, 2009. (Tese de doutorado).

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.